

SESSÕES DO PLENÁRIO

25ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 9 de abril de 2024.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Roberto, Patrick Lopes, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (53)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 22ª e 23ª, realizadas, respectivamente, em 2 e 3 de abril de 2024; da 3ª Sessão Extraordinária, realizada em 2 de abril de 2024; e da 9ª Sessão Especial, realizada em 4 de abril de 2024.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

Temos aqui, hoje, mais uma vez, os defensores públicos do estado da Bahia. Sejam bem-vindos a esta Casa. Claro que eu gostaria de dizer mais uma vez a todos com quem eu tenho conversado, com a defensora-geral Firmiane, com todos dessa importante categoria, que a Assembleia tem um processo entre o Legislativo e o Executivo para que os deputados estejam prontos para... quando algumas dúvidas

tiverem sido resolvidas, não com esta Casa, mas com o Executivo, não tenho dúvida alguma de que esse projeto será votado.

Pequeno Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Fátima Nunes.

Deputado Euclides, os últimos serão os primeiros.

Com a palavra a deputada Fátima.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} deputadas, eu compreendo a vontade do nosso querido deputado Euclides Fernandes, mas como eu sou a líder da bancada, resolvido o problema. Obrigada.

Saudar todos os defensores que estão aqui, nas galerias, participando nesta tarde. É uma satisfação tê-los sempre por aqui.

Neste momento, eu quero fazer o registro de um ato grandioso que, nesta manhã, se realizou na Governadoria, um ato promovido pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, que é conduzida tão bem pela nossa secretária, Fabya Reis, uma mulher que tem um conhecimento profícuo sobre as desigualdades sociais e que trabalha diuturnamente para preparar planos, projetos de políticas públicas que vêm encontrar a população mais sofrida do nosso estado e, junto com sua equipe, desenvolver ações importantes através dos municípios, das secretarias de políticas públicas e secretarias de desenvolvimento social dos municípios, ou outras afins, para elevar e melhorar consideravelmente o padrão de vida da nossa população baiana.

Claro que todo o seu trabalho é também em sintonia com o pensamento, com a direção política do nosso estado, que tão bem é conduzido pelo nosso governador Jerônimo Rodrigues.

Nesse ato de hoje, nós tivemos a formatação de convênios e a assinatura de contratos para o Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade leite, PAA Leite, que é adquirido dos produtores. Então, o dinheiro público passa a circular através das pessoas que têm o produto para colocar no mercado. E esse leite é, depois, distribuído através das secretarias de assistência social para a alimentação escolar e, também, para a alimentação de crianças ou de pessoas que têm necessidade do alimento saudável. Então, é uma política pública de garantia de dignidade, porque nada melhor do que as pessoas terem o seu alimento, e alimento saudável, para se sustentarem e, assim, poderem desenvolver as suas vidas.

Eu quero daqui, desta tribuna, parabenizar o nosso governador Jerônimo Rodrigues, que trabalha também em sintonia com o nosso presidente Lula. Por isso mesmo, nesse ato, ouvimos também as palavras do nosso ministro Wellington Dias, que tão bem conduz o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. E é claro que, na oportunidade, foi possibilitado para minha pessoa, representando os nossos colegas, fazer um pronunciamento.

Além de parabenizá-lo, cumprimentá-lo e de nos colocar, a bancada, sempre à disposição para votar projetos e aprovar as ações que vão melhorar a vida das pessoas nessa área, também aproveitei a oportunidade para lembrar da situação precária,

caótica, difícil em que vivem, hoje, as pessoas que moram e trabalham em todo o vale do...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Rio Vaza-Barris. Esse rio recebeu, praticamente, uma tromba d'água a partir das suas cabeceiras em Uauá e desceu com força, inundando, não só o perímetro irrigado de Canudos, a partir do Açude Cocorobó, mas também todo o berço do rio até a sua desembocadura...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) no estado de Sergipe.

As populações ribeirinhas afetadas já contam, hoje, com o trabalho do governador, que sobrevoou a região na semana passada, no sábado, e que continua atento, com as equipes da Defesa Civil e de todos os outros órgãos, em parceria com as prefeituras, secretarias, para atender àquela população sofrida.

Tenham todos uma boa tarde. Muito obrigada pela atenção. E vamos continuar olhando para aqueles que produziam bastante alimento nas margens dos rios...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: (...) e no momento estão prejudicados. Mas estaremos atentos e esta Casa votará qualquer projeto que venha a ajudar nessa situação.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. e Sr.^{as} deputadas, líderes aqui presentes, deputado Alan, que estava aqui, líder da Oposição; deputado Rosemberg, líder da Situação; Srs. Deputados... Eu pediria ao deputado Euclides, deputado Robinho, deputado Leandro, deputado Bobô, deputado Sandro Régis, um pouco da atenção de V. Ex.^{as}.

Tivemos, há poucos dias, uma operação da Polícia Federal, do Ministério Público, que, segundo as investigações, tem um colega nosso, membro desta Casa, envolvido. Hoje, novamente, uma grande operação da Polícia Federal na mesma cidade, com quase os mesmos, e outros, personagens.

Pela Constituição do país, cabe a esta Casa – claro, nós não somos os julgadores – abrir o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. O líder da Oposição, deputado Alan Sanches, já havia indicado os membros – é claro que é um assunto grave –, e o deputado Rosemberg, líder da Maioria, indicou os membros hoje, os quais serão publicados, como determina a lei, para que, a partir de amanhã, esta Casa, que tem a responsabilidade, o Conselho de Ética... não é o presidente que vai obrigar, não tenho esse poder – aqui todos são independentes – de obrigar a deputado nenhum, a deputada nenhuma, mas nós temos de dar uma satisfação, até porque é o nosso papel, num assunto dessa gravidade, mais uma vez, com essa operação de hoje pela manhã.

Então eu espero que, a partir da publicação, no dia de amanhã, dos indicados pelo líder Rosemberg, o conselho de ética comece a se reunir para tomar as

providências cabíveis no que diz respeito ao poder desse mesmo conselho. Não é isso, deputado Alan, deputado Rosemberg, Srs. Deputados?

Com a palavra o deputado Euclides Fernandes...

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu gostaria de dizer a V. Ex.^a que há mais de 1 mês já indicamos os nomes para membros titulares e suplentes. Mas, depois de conversas que tivemos em nossa bancada, nós vamos apenas substituir um nome, vamos substituir o nome de Tiago Correia pelo nome de Marcinho Oliveira, que fará parte como membro.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Mas já o indicamos...

O Sr. Alan Sanches: Mas quem indica somos nós.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Não, porque ele tinha pedido...

O Sr. Alan Sanches: Se V. Ex.^a indicou Marcinho, ele, então, vai ser indicado pelo Governo? Não vai precisar, então, ser indicado pela Oposição?

O Sr. Rosemberg Pinto: Isso.

O Sr. Alan Sanches: Então pronto.

O Sr. Samuel Junior: Me explique! Me explique!

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Aqui, na Casa, há os acordos. Na comissão, a bem da verdade, se a gente for fazer a conta, são seis da Base do Governo, dois da Base da Oposição. Mas eu não faço conta disso. O deputado Alan indicou três e nós indicamos cinco. Foi assim na Comissão de Finanças e Orçamento; foi assim na Comissão de Constituição e Justiça; é assim, às vezes, nós não vemos qualquer problema. Quando foram indicados três titulares e três suplentes, o deputado Marcinho estava aqui e gostaria de que o nome dele fosse contemplado. Então, como a gente tinha vaga, o colocamos. Se, por acaso, V. Ex.^a achar que tem de tirar, não tem problema, a gente indica outro nome e V. Ex.^a o indica. Até porque Samuel está questionando, não sei.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, na verdade eu até fui pego de surpresa, porque não tinha esse entendimento de que o líder de um lado poderia indicar pelo líder do outro. Inclusive, deputado Rosemberg, imagine V. Ex.^a, eu não tenho o menor problema com relação a isso. Acho que, para a gente, já está indicado e eu retiro a minha questão de ordem de comunicação de Marcinho em substituição a Tiago.

Mas o que eu digo é o seguinte: vamos pensar aqui nos tempos partidários, os tempos partidários do Governo e da Oposição. V. Ex.^{as} já imaginaram eu indicar aqui, no meu tempo partidário do Legislativo, algum deputado do Governo que vá atacar o

líder do meu partido, ACM Neto. V. Ex.^{as} acham que eu daria espaço – nada contra os colegas, mas estou falando do debate político – ao meu amigo pessoal Marcelino Galo para ele vir, no meu tempo partidário, do União Brasil ou da Oposição, falar de ACM Neto? Eu diria: “Poxa, fica ruim para mim, Marcelino, fica chato”. Então não daria. Da mesma forma que Rosemberg não daria o espaço partidário dele, do tempo do PT, para que eu pudesse fazer crítica ao governo do estado. Pronto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Já fiz isso aqui várias vezes.

O Sr. Alan Sanches: Não tem nenhuma lógica, nenhum sentido. Mas a partir do momento em que V. Ex.^a já se entendeu com o deputado Marcinho e já o indicou pela Bancada do Governo para fazer, pela Bancada do Governo, a participação dele como membro do conselho de ética, não tem o menor problema. Os seis espaços que nós temos já foram indicados, continuamos com os três membros titulares, o deputado Sandro Régis, o deputado Samuel Junior e o deputado Tiago Correia, sendo suplentes o deputado Robinho, a deputada Kátia Oliveira e o deputado Emerson Penalva. Então, a nossa parte a gente já indicou e continua indicando.

Com relação ao deputado Marcinho, ótimo. Acho que ele vai dar uma grande contribuição. Só achei estranho ele ser indicado pela Bancada do Governo. Mas está ótimo, o importante é que o conselho funcione.

Muito obrigado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Deputado Alan, na Comissão de Constituição e Justiça, a Oposição tem um número maior do que o tamanho que ela indicaria, por acordo. Porque nós cedemos uma vaga da Base do Governo para um deputado da Base da Oposição, como acontece aqui. Eu apenas fiz essa cessão a pedido do deputado, como aconteceu com outros parlamentares nas outras diversas comissões. Porque se a gente fosse fazer a conta, a participação do Governo seria com seis membros, e a da Oposição, com dois e com dois suplentes. E nós fizemos a cessão, é da naturalidade da Casa.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de... já que V. Ex.^a pediu para a gente fazer uma reunião agora, na Casa, e uma vez que não há na pauta nenhum tipo de ponto para ser votado, a não ser que haja alguém que queira, obviamente, falar aqui, mas se não houver isso, nós poderíamos já, imediatamente, suspender a sessão, já que não há pauta para votação, e faríamos essa reunião, se V. Ex.^a quisesse.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg, alguns deputados vão fazer um pronunciamento rápido aqui, depois a gente resolve esse assunto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Primeiro as mulheres. Primeiro, a deputada Ivana, depois, o deputado Euclides.

Com a palavra a deputada Ivana Bastos.

A Sr.^a IVANA BASTOS: Boa tarde, Sr. Presidente. Muito obrigada pela gentileza. Espero que também o seu voto seja sempre, primeiro, para uma mulher.

Cumprimento aqui todos os deputados, a imprensa, mas eu não poderia deixar de vir aqui à tribuna hoje para cumprimentar cinco municípios que, no último final de

semana, comemoraram aniversário, comemoraram a sua emancipação política.

Vou iniciar falando de Dom Basílio, que completou, no último dia 7, 61 anos de emancipação política. Nós recebemos em Dom Basílio, na última quinta-feira, o governador Jerônimo Rodrigues, com toda a sua equipe, com o presidente da CAR, a então secretária, na época, Adélia, secretária da Educação, e o secretário de Recursos Hídricos. Ali, nós inauguramos a escola em tempo integral, inauguramos quadra, sistema de abastecimento de água. Nós comemoramos o aniversário da cidade inaugurando obras e, também, com o governador anunciando novas obras: a Praça da Caiçara e a pavimentação asfáltica.

Deixar aqui ao prefeito Roberval Meira, que tão bem administra aquele município, ao lado de Fernando, o meu abraço, e dizer do meu compromisso de continuar lutando por um município potente, um município que cresce cada vez mais.

No município, quando Roberval assumiu, a gente não tinha água nas torneiras. No município se comprava água da Embasa. Hoje, nós temos já um sistema de água por onde a água chega. Agora, a gente precisa que esse sistema de água tenha uma estação de tratamento perfeita porque a estação de tratamento que lá se encontra é deficitária. Foi um compromisso também do governador Jerônimo Rodrigues.

No final de semana, a festa se estendeu com a Dom Basílio Folia, com show de de Léo Santana.

Mas eu quero aqui deixar um abraço a todos os dom-basilienses, a toda a população, ao prefeito Roberval, meu amigo, ao vice-prefeito Fernando, aos nossos vereadores, à população de Dom Basílio, que me fez a deputada mais votada daquela terra, e reafirmar o meu compromisso de luta, o meu compromisso de trabalho.

E por falar em aniversário, a gente chega ao município de Malhada, lá no Velho Chico, onde o governador Jerônimo também esteve no último domingo, à tarde, no distrito de Canabrava, zona rural de Malhada, onde nós inauguramos obras, nós abraçamos as pessoas, abraçamos aquela população. E um governador de estado chegar a um lugar da zona rural, chegar a um povoado foi motivo de festa, motivo de muito prestígio do prefeito Gimmy e do vice-prefeito Manoel Rufino.

Lá, nós entregamos calçamento, PSF completo, com todos os equipamentos doados através de emenda nossa. O deputado Zé Raimundo, aqui presente, também entregou uma ambulância, fruto de emenda do seu mandato. Foi uma festa linda, na qual nós entregamos quatro tanques de resfriamento para leite, entregamos para as comunidades rurais.

E hoje o governo do estado assinou o contrato do PAA Leite, pelo qual a gente vai intensificar a distribuição do leite nesses municípios.

E houve uma coisa interessante pela qual é preciso cumprimentar o governador Jerônimo, e é preciso também, deputado, a gente falar da secretária Fabya Reis, que, com um projeto fantástico... Hoje, não adianta a gente levar só 1 litro de leite por dia...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e é compromisso do governador Jerônimo levar mais, levar no final de

semana também, entregar às comunidades.

Então a gente vê a Bahia avançando, deputado Robinho, a gente vê o combate à fome sendo uma preocupação constante do governo. E fazer parte dessa luta, poder contribuir, através de emenda nossa, com esses tanques de resfriamento é motivo de alegria, é motivo de orgulho.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O tempo chegou, mas a gente teve o município de Sebastião Laranjeiras também, segue o meu abraço à ex-prefeita Luciana, município que também comemora aniversário. O município de Pindaí também. Abraço ao João Veiga, o nosso prefeito. O município de Caetité também comemorou aniversário. O nosso prefeito Valtécio, da cidade onde eu nasci, tem feito um trabalho brilhante.

Agradeço, deputado e presidente. Gostaria de, depois, poder voltar aqui para falar da irrigação do Vale do Iuiú. Eu agradeço muito a Deus por ter me dado saúde e vida para viver o que nós vivemos ontem, à tarde, deputado, no município do Iuiú, onde nós recebemos o ministro Waldez Góes, onde nós recebemos o governador, mais de 30 prefeitos da região, lançando ali, contratando a empresa para fazer o projeto executivo da irrigação do Vale do Iuiú, que será a grande redenção daquela região.

Então, a palavra hoje para o governador Jerônimo, o presidente Lula e o ministro Rui Costa é “gratidão”. A nossa região inteira agradece. E nós temos a certeza de que o futuro nos apresenta, hoje, um horizonte bem mais positivo com a irrigação do Vale do Iuiú.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Euclides.

O Sr. Jordavio Ramos (fora do microfone): Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Jordavio, espere um pouco. O deputado Euclides era o primeiro e já ficou para terceiro.

O Sr. Jordavio Ramos (fora do microfone): Certo, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sem problemas!

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: Sr. Presidente Adolfo Menezes, Srs. Deputados, venho a esta tribuna e estou vendo as presenças, aqui, dos defensores públicos do estado da Bahia.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Isso eu tenho presenciado desde o ano passado. Eles buscam, eles lutam para verem esta Casa discutir e aprovar o projeto de estruturação da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Nós sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da grande missão, do grande papel que esse órgão do estado tem para trazer a sustentabilidade àquele cidadão baiano pobre, sem poder aquisitivo, que não pode pagar um advogado para cuidar de suas causas, dos seus direitos violentados ou desrespeitados, porque o serviço do

advogado é caro. O papel da Defensoria Pública é exatamente dar essa condição para que o pobre possa bater à porta do Judiciário em defesa dos seus direitos ameaçados.

Então, Sr. Presidente, peço veementemente a V. Ex.^a, peço ao líder da Base do Governo, Rosemberg Pinto, que dialoguem com o Executivo, porque o projeto foi mandado para esta Casa e pedido de volta para darem uma reestruturação, mas até agora não tivemos a oportunidade de prestar esse serviço ao povo da Bahia. Porque isso não é para a Defensoria Pública do Estado da Bahia, isso é para o povo da Bahia! É o povo da Bahia que precisa da Defensoria Pública para defender os seus direitos!

(As galerias se manifestam com palmas.)

Sr. Presidente Adolfo Menezes, peço a V. Ex.^a sua atenção ao nosso pronunciamento.

Outro assunto que eu quero trazer a esta Casa é sobre os de projetos dos Srs. Deputados. Projetos de lei que foram discutidos e aprovados por esta Casa das Leis que vão para o Executivo para que este sancione-os ou vete-os. Se ele vetar, retornam a esta Assembleia Legislativa para as discussões, para aprovarem ou não os vetos do Executivo. Depois irão para as promulgações e publicações.

Mas, Sr. Presidente, os projetos aprovados por esta Casa das Leis de origem, de autoria dos Srs. Deputados estaduais vão para o Executivo e este não os devolve para que o Sr. Presidente Adolfo Menezes faça as promulgações, como manda a Constituição do Estado da Bahia. Esta diz que o governo, o Executivo, tem 15 dias para sancionar ou vetar o projeto de lei. Se o Executivo sancionar, o projeto vai direto para a promulgação. Se ele vetar, o projeto volta para a Assembleia Legislativa. Mas se o Executivo não sancionar, nem vetar, há uma sanção chamada tácita, cabendo a V. Ex.^a, Sr. Presidente Adolfo Menezes, a promulgação e a publicação para que a lei entre em vigor, entre na ordem jurídica do estado da Bahia.

Infelizmente, só este deputado tem três projetos de lei aprovados desde o ano passado, mas não tem o prazer, a satisfação de dizer ao povo da Bahia que já é lei vigente neste estado, produzindo seus efeitos jurídicos, porque não foram promulgadas, nem foram publicadas no Diário Oficial.

Sr. Presidente, concluindo a minha fala, quero registrar neste momento que ontem, segunda-feira, na parte da manhã, estive numa solenidade importante: a posse do presidente do Conselho Estadual de Educação da Bahia, o professor Roberto Gondim, e da vice-presidente, a professora Dinalva..

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Conselho Estadual de Educação é um órgão importantíssimo para educação da Bahia. São dois órgãos que cuidam da educação do estado: a Secretaria da Educação do Estado da Bahia e o Conselho Estadual de Educação da Bahia, que estabelecem as diretrizes e a normatização da educação no estado da Bahia. Eu tive a satisfação de estar presente na posse de Roberto Gondim e Dinalva Melo, que assumiram a direção do Conselho Estadual de Educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, ontem eu tive a grata satisfação de receber aqui em nossa Casa o Sr. Luis Felipe Salomão, ministro, corregedor nacional de justiça do Conselho Nacional de Justiça. Tivemos uma conversa interessante sobre as instituições, não só as do Brasil, mas principalmente as do nosso estado.

Com a palavra o deputado Jordavio Ramos.

O Sr. JORDAVIO RAMOS: Boa tarde, caros colegas deputados. Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos que estão presentes.

Hoje, venho a esta tribuna e trago três pontos distintos, porém todos são sérios e devem ser tratados aqui.

Primeiro venho falar da minha querida cidade de Casa Nova, onde sopram os bons ventos da mudança. O povo deixa bem claro que quer mudar, que quer a cidade progredindo. Recentemente, o grupo do futuro prefeito Anísio Viana teve a adesão do vereador Bodinho. Eu tenho certeza de que o vereador Bodinho veio porque acredita nesse projeto. Ele acredita que esse projeto é o que pode trazer melhorias à Casa Nova. Mas junto a sua adesão vieram ameaças.

Isso me preocupa. Será que em Casa Nova vai ter uma política semelhante à política do Rio de Janeiro? Onde o vereador passa a sofrer ameaças de morte por ter aderido a um projeto, por ter pensado e achado que aquele projeto fará o melhor por sua cidade.

O que eu sei, desde quando eu faço política, é que na política o combate deve ser no campo das ideias e não na parte pessoal, com ameaças. Então, eu me solidarizo aqui com o vereador Bodinho. E quero pedir ao secretário de Segurança, o competentíssimo amigo Marcelo Werner, que dê uma atenção a esse caso, que não deixe esse caso se perpetuar para que não vire moda, não é? Imagine o cabra discordar do outro e achar que tem de resolver de modo pessoal. Então, eu peço atenção, de fato, para que avaliem essa situação.

Um outro ponto é que quero me solidarizar com toda a população de Canudos, que sofreu recentemente com as chuvas. Quem é daquela região sabe que aumentou bastante, consideravelmente, o número de chuvas na região e isso tem prejudicado a cidade.

Canudos é uma cidade que depende bastante da agricultura, 70% dela é dependente. Com as chuvas houve o vazamento do Açude Cocorobó, salvo engano, e isso começou a afetar aqueles cidadãos; começou a afetar o perímetro irrigado; começou a afetar toda a população da região. Então, como deputado, me solidarizo com todos.

Outro ponto que eu quero tratar aqui é uma causa que eu tenho defendido bastante recentemente, tenho levado esse pedido de atenção ao Ex.^{mo} Governador: a causa do autismo. Um ponto que eu vim debatendo com Dr.^a Fernanda, minha amiga que sempre esteve à frente dessa bandeira, é a situação das mães das crianças que sofrem com o espectro autista. Ela me falou, me chamou a atenção: “Poxa, Jordavio,

eu, que tenho uma certa estrutura financeira, sofro com essa questão, preciso de atendimento psicológico, não consigo. Muitas vezes sofro. Imagine aquelas mães que não têm essa condição.”

Então eu propus um projeto de lei para que as mães tivessem essa atenção perante o SUS, tivessem esse atendimento psicológico, porque só elas sabem o quanto sofrem com essas crianças especiais. Eu, como médico, tenho abraçado essa causa, porque vivi e presenciei recentemente, quando estava terminando a faculdade no estágio de Neuropediatria, o sofrimento delas.

Eu me coloco à disposição para ser essa voz, para ajudar, para estar ao lado de cada uma, para que a gente possa conseguir essa atenção do governador, porque eu tenho visto as dificuldades.

Então, governador, por favor, peço encarecidamente que olhe para as crianças com autismo.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Dê essa atenção a elas.

Eu farei uma audiência e peço às mães que estão presentes aqui que se sintam convidadas para que a gente passe a dar atenção a todas vocês que, eu tenho certeza, sofrem tanto quanto essas crianças.

Muito obrigado a todos. Boa tarde.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Leandro de Jesus.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Cumprimento a todos presentes, colegas, imprensa, servidores. Quero cumprimentar, aqui, também os representantes da Defensoria Pública do Estado da Bahia...

(As galerias se manifestam com palmas.)

(...) e dar aqui um recado direto ao governo e ao governador: por favor, pare de enganar o povo baiano. Pare de enganar a Defensoria Pública do Estado da Bahia!

(As galerias se manifestam com palmas.)

Porque, quando a Defensoria Pública é prejudicada, é o povo baiano que é prejudicado, principalmente aquela classe mais vulnerável.

É preciso respeitar as pessoas, respeitar o povo. Estou falando, aqui, especialmente da Defensoria Pública do Estado da Bahia, que deve ser valorizada e defendida em nosso estado da Bahia.

Mudando de assunto, quero aproveitar para fazer alguns questionamentos. Será que, hoje, no Brasil, nós podemos realmente opinar? Será que, hoje, no Brasil, nós podemos emitir a nossa opinião? Será que nós podemos discordar ou concordar com alguma ideia?

Será que, se houver indícios, por exemplo, de falhas em algum sistema importante dentro da nossa democracia, podemos apontar e dizer: olha, é bom que se

corrija, que se verifique, que se investigue, para que haja uma correção.

E por que eu estou falando isso? Porque hoje, no Brasil, o que está muito claro é que para que possamos ter talvez – talvez! – alguma segurança eu tenha de enviar o meu discurso a Brasília, à Suprema Corte para que passe por uma espécie de tribunal de censura e assim eu não venha a ser preso ou punido por crime de opinião. Porque eles próprios já se colocaram – assim disseram recentemente – como os sensores de todo o Brasil!

E eu quero agradecer – agradecer! – ao Elon Musk, porque ele está revelando ao mundo que aqui nós estamos, sim, mergulhados ou mergulhando numa espécie de ditadura. Liberdade de expressão é quando qualquer um, qualquer deputado possa pensar diferente de mim, mas possa expressar a sua ideia. É quando o deputado, o jornalista, o cidadão comum, o povo comum discorda de Leandro de Jesus, mas tem o direito de opinar. Assim como eu devo ter o meu direito à liberdade de expressão para dizer: olha, eu discordo de tal e de tal coisas e acho que seria melhor assim para o povo.

Mas, no Brasil, hoje, nós vivemos, sim, esse império da censura, da perseguição, onde uma juíza, por exemplo, a Ludmila Lins Grilo, está exilada nos Estados Unidos, porque foi perseguida, foi calada, porque suas redes sociais foram cassadas! Isso aconteceu apenas com uma juíza? Não! Jornalistas, *influencers*, cidadãos comuns do povo estão sendo perseguidos, porque contrariaram aquele que se acha o todo poderoso do Brasil.

Eu faço, aqui, uma reflexão: não importa a sua ideologia, não importa a ideologia do jornalista, não importa a ideologia dos meus colegas deputados, não importa a ideologia de cada um de vocês, todos nós devemos ter a segurança jurídica de ter o direito de opinião, falo também como colega de muitos advogados que estão aqui.

Como nós vimos agora, como está sendo revelado, houve, sim, uma ingerência por parte do tal ministro do STF...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para fazer com que o Twitter, agora X, ou “x” em inglês, viesse a derrubar diversos perfis de deputados, de jornalistas, de *influencers*. E ali, inclusive, a plataforma deveria mentir dizendo que estavam ferindo as regras! O que nós estamos querendo? Que se investigue. Apenas isso!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Contando com a tolerância do Sr. Presidente, o que nós queremos é a investigação, para que a verdade venha à tona! Nós não podemos tolerar censuras e perseguições em hipóteses alguma, meu povo! Se a sua ideologia é diferente da minha, hoje, está apontada para o lado de cá, mas amanhã esta ditadura pode estar apontada para o seu lado! E nós não queremos isso! Queremos liberdade! Liberdade!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alex da Piatã.

O Sr. ALEX DA PIATÃ: Sr. Presidente, desejo boa tarde a todos os Srs. Deputados e a todas as Sr.^{as} Deputadas, aos servidores desta Casa, à imprensa aqui presente, aos defensores públicos – sejam muito bem-vindos –, assim como todos os demais que estão aqui.

Sr. Presidente, o nosso pronunciamento, hoje, é sobre um evento do qual participamos no último sábado com o nosso governador Jerônimo, onde ele anunciou uma série de investimentos, de mais de R\$ 100 milhões, na área de inclusão para as pessoas com deficiência, assim como para crianças e demais pessoas autistas. Ou seja, foi um evento de total inclusão, de investimento em inclusão, que ocorreu no Cepred. Eu posso garantir, aqui, que nós tivemos o maior anúncio de investimentos nessa área de inclusão da história da Bahia até hoje. E eu não poderia deixar de registrar e de dar os meus parabéns a esse governo, do qual eu tenho orgulho de fazer parte.

Naquele momento, o governador sancionou uma lei de nossa autoria. Eu quero agradecer a todos os deputados, porque, apesar de sermos autores, foi aprovada por unanimidade aqui. Eu vou dizer para vocês. É o Projeto de Lei nº 21.698/2015, que dispõe sobre a colocação de banheiros químicos adaptados às pessoas com necessidades especiais nos eventos realizados no estado da Bahia. Ou seja, em qualquer evento realizado no estado da Bahia, inclusive sob pena de multa de R\$ 2 mil por cada banheiro adaptado não instalado, considerando o quantitativo proporcional estabelecido em lei, que é de 5%, no mínimo, do quantitativo geral, os banheiros são obrigatórios, sob pena dessa lei, ou dessa multa. Nós vamos fiscalizar esses eventos.

Eu peço a esta Casa, aos nossos pares, que fiscalizem também, porque é muito importante para que nós possamos fazer justiça e permanecer crescendo nessa política de inclusão na Bahia e em todo Brasil.

Eu quero aproveitar o tempo restante também para me solidarizar, aqui, com o povo dos municípios de Canudos e de Jeremoabo que, devido às fortes chuvas na barragem do Açude Cocorobó, lá, do Rio Vaza-Barris, sofreram muito, inclusive, com uma vítima em Canudos e milhares de famílias que estão desassistidas nos dois municípios: Jeremoabo e Canudos.

Ontem, fazendo o nosso papel, presidente, estivemos, com o senador Otto Alencar, eu, o prefeito Jilson e o ex-prefeito Geo, ambos de Canudos; os vereadores e as nossas lideranças, Tista e Anabel, de Jeremoabo. Depois, fomos ao DNOCS, quando foi pedido o envio de uma equipe técnica já que, ali, é um rio federal e tem perímetro que é gerido... Bem, há uma barragem e um perímetro geridos pelo DNOCS. Foram investimentos do DNOCS...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para que possa fazer – com a sua tolerância, Sr. Presidente – todo um levantamento para que aquelas pessoas, de imediato, aquelas pessoas que não têm amanhã como fazer a sua feira possam sobreviver. Solicita-se a ajuda do governo do estado o mais rápido possível, pois esse está muito sensibilizado. O governador

Jerônimo foi lá no sábado. O pedido é para que o governo federal, o governo Lula, e o governo estadual possam estabelecer...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) um auxílio emergencial para aquelas famílias que, no momento, vivem em estado de calamidade e não têm como fazer a sua feira, como disse e repito aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O próximo orador é o deputado Robinho.

(O deputado Samuel Junior assume a presidência da Mesa.)

O Sr. ROBINHO: Cumprimento todos vocês, defensores públicos, que estão aqui para reivindicar os direitos consolidados de vocês. Espero que o governo possa, no tempo mais rápido possível, proporcionar este ganho.

Cumprimento todos os colegas.

Eu só quero frisar uma propaganda enganosa da nossa colega Ivana Bastos, quando ela fala da distribuição de leite pelo governo do estado. Eu quero dizer que, no governo de Paulo Souto, do então governador Paulo Souto, quando estava na diretoria da Secomp, Secretaria de Combate à Pobreza, o padre Piazza, existia alguns programas sociais, inclusive, o Viver Melhor, que tratava da distribuição de leite, do programa do então governador Paulo Souto.

Existia, também, o programa do Kit Moradia, quando o governo dava um valor para comprar o material de construção. E a prefeitura, juntamente com o beneficiário, construía a sua casa popular. Existia, também, o Programa Cabra Forte que entregava um número de matrizes de cabra para aquele morador do Sertão poder fazer uma renda para o seu sustento.

Logo depois, o PT assumiu o governo. Uma das primeiras coisas que o governo acabou foi com a distribuição do leite.

Então, minha colega Ivana, eu quero dizer que, depois de 18 anos, o PT volta com o programa que já existia na antiga Secomp, quando o padre Piazza estava à frente da Secretaria de Combate à Pobreza.

Bem, como sempre, o PT acaba com um programa e, depois de algum tempo, vem lembrar ao povo baiano como o criador desse mesmo programa. Então, na realidade, pena que a colega Ivana saiu porque, nesse tempo, a colega já militava na política e isso é do conhecimento dela. É só a título de lembrança sobre esse programa.

Hoje, estou vendo mais alguns colegas. Inclusive, eu queria que Rosemberg estivesse aqui para que nós pudéssemos lembrar o apoio de lideranças importantes da Bahia com relação à BR-324. Ouço vários discursos, Hilton, sobre a BR-324. Nós sabemos que a 324 é uma BR, portanto, sob jurisdição do DNIT, um órgão do governo federal.

Nós temos, na Bahia, o primeiro-ministro que é o ministro da Casa Civil, Rui

Costa, ex-governador da Bahia e ministro do presidente “Lule”. Nós temos, também, o ex-governador Jaques Wagner, líder do Governo no Senado. Então, nós devíamos juntar todo mundo que quer o bem da BR-324, convocar o nosso governador Jerônimo, convocar o nosso senador Jaques Wagner, convocar o nosso ministro para que isso possa ser resolvido.

Está fácil ser resolvido. O que está faltando é vontade política, até porque, Hilton, por trás da Viabahia, há muitos interesses, há muita gente do governo interessada nessa Viabahia, porque discurso tem demais aqui, Sandro Régis, muito discurso criticando a Viabahia.

Mas a gente não vê solução. E a solução está fácil, está nas mãos do nosso líder no Senado, Jaques Wagner; e do nosso primeiro-ministro, ministro da Casa Civil, Rui Costa. Está fácil resolver o problema. Mas não se tem vontade política para resolver este problema...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) aí, só fica no mimimi.

Que Deus tenha compaixão do Brasil e da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Robinho.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Quero registrar as presenças do jovem Kaique, jovem promissor ali do Extremo Sul da Bahia, acompanhado de seu pai.

Saúdo, também, todos os defensores públicos do estado. Gostaria de dizer que esta causa também é nossa. (Palmas) Podem ter a certeza de que, lógico, neste ato, estando presidindo a sessão, assim que o líder do Governo e o governo se entenderem, nós temos a predisposição de votar e aprovar o projeto que não é só de vocês, mas é um projeto de toda a população baiana. (Palmas)

Convido, agora, o deputado Hilton Coelho que, inclusive, tem sido militante nessa causa. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: Presidente, ocupo esta tribuna, mais uma vez, com a nossa placa perguntando: “Cadê o PLC nº 154/2023?” Trata-se da situação do desaparecimento do PLC nº 154/2023. Mas há um contexto muito importante, porque os defensores e as defensoras...

Aliás, eu queria destacar, também, o slogan da minha camisa. É o slogan da campanha, com os dizeres: *Valorização do Defensor Já*. Esse slogan faz parte do processo de mobilização que as defensoras e os defensores públicos do estado da Bahia estão fazendo, deputado Roberto.

O processo de mobilização começou ontem, inclusive, com uma manifestação pública. Nós, eu e os deputados Pablo e Hassan, tivemos a oportunidade, pela Comissão de Direitos Humanos, de receber a representação do movimento hoje, pela manhã.

E o que já estava tão evidente para nós se torna, de fato, uma situação inadiável, Sr. Presidente. Para nós, esta Bahia tem tanta desigualdade. Na semana passada, nós

tratamos desses índices da desigualdade na Bahia. A Bahia foi campeã nos índices de desnutrição infantil. Salvador é a capital do desemprego. Quanto ao índice de pobreza, a Bahia, também, está nos últimos números, nacionalmente.

É este o estado que, a nosso ver, não pode prescindir de uma Defensoria Pública que chegue às diversas regiões do nosso estado e consiga colocar a mão da Justiça para funcionar nas diversas regiões do estado da Bahia.

E é exatamente por isso que defensoras e defensores estão em processo de mobilização para dizer que a Defensoria Pública do Estado da Bahia precisa ser reestruturada e ser reforçada na Bahia.

Foi muito cruel ver as declarações do governador tratando, apenas, como uma questão financeira.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Não é, apenas, uma questão financeira que está em jogo. Parece que o governador não leu o projeto. É um projeto de fortalecimento da nossa Defensoria em relação a questões que são chaves.

Mas a carreira do defensor e a carreira da defensora, também, estão em pauta, deputado Roberto. A gente não pode ter vergonha de falar sobre isso, primeiro, porque a Bahia precisa de defensores e defensoras que sejam valorizados. Sabem por quê? Eu quero uma salva de palmas para vocês mesmos que estão nestas galerias, porque não abriram mão da nossa Bahia.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O que nós estamos vendo na Defensoria Pública do Estado da Bahia são muitos defensores e defensoras que não aguentam, não apenas a desvalorização da carreira, mas as condições de trabalho. São defensores e defensoras que estão adoecendo, porque eles querem fazer o melhor pela Bahia e não conseguem, porque não há a estrutura mínima para funcionar.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Deputada Cláudia, ouça o que uma defensora pública disse: “Eu preciso de condições de trabalho. Por isso, o Ceará me chamou e eu, infelizmente, vou. Se eu tenho condições de fazer melhor o meu trabalho lá, eu vou para defender uma situação de equidade e combater as desigualdades no Ceará.” O Ceará tem muita miséria, tem muita desnutrição, tem um povo que precisa de tudo.

Nós vamos condenar esse defensor ou essa defensora? Não podemos!

Eles estão fazendo uma demonstração do seu compromisso com o povo brasileiro! Agora, eu pedi essa salva de palmas porque os defensores e as defensoras que não desistem da Bahia, deputado Marcelino Galo, não podem ser tão desprezados pelo governo do estado!

Vejam, é uma excrescência nós estarmos nesta situação. Primeiro, porque a Bahia tem números lastimáveis do ponto de vista da desigualdade social. Infelizmente, a Bahia foi para a lanterninha em relação à situação da carreira dos defensores e defensoras!

(As galerias se manifestam com palmas.)

A Bahia é o pior estado em relação à carreira desses profissionais.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Como nós podemos ter um estado que tanto precisa de defensor público valorizado e nós estarmos na pior colocação do censo?

Isso não se justifica politicamente, porque nós poderíamos dizer que a Defensoria não tem tradição e não tem diálogo com o poder político. Bem, isso não resiste aos fatos. Sabem por quê? Esses defensores e defensoras aqui presentes são a vanguarda em defesa da Defensoria Pública, nacionalmente.

(As galerias se manifestam com palmas.)

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Eles estiveram, desde o princípio, na defesa da concepção da Constituição de 1988...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) na defesa da criação da Defensoria Pública.

E eu quero concluir dizendo isso, presidente. Hoje, o que o governo do estado faz não é nenhum favor aprovando esse PLC, mas, sim, se aproximando de uma situação que ele saia da ilegalidade, inclusive, da inconstitucionalidade, porque o governo da Bahia está na inconstitucionalidade na medida...

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) na medida em que não garante a equiparação entre Defensoria, Judiciário e Ministério Público do Estado da Bahia.

Para nós, isso é inaceitável.

Concluindo, Sr. Presidente, foi muito importante o seu posicionamento. Nós precisamos fazer com que esse projeto, que já tinha um acordo para ser votado, a sociedade baiana já tinha uma expectativa, esse projeto que tinha aprovação da Oposição, tinha aprovação da liderança do Governo...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: (...) autorizado pelo governador, saia do subterrâneo e venha à luz novamente para ser votado. Espera-se que nós não precisemos ver a Defensoria Pública do Estado fazer o que ela não quer fazer, que é uma paralisação, que é uma greve em defesa do direito do povo da Bahia, que é o de ter dignidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Hilton.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra, agora, o deputado Pedro Tavares. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos, deputado.

O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas presentes, eu queria começar este pronunciamento demonstrando a minha solidariedade e o meu apoio ao projeto dos defensores públicos. Gostaria de parabenizar todos vocês pelo excelente trabalho que realizam em nosso estado.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Esse é um projeto que vocês não estão pedindo favor e, sim, justiça! Vocês merecem toda a valorização do governo do estado e merecem que esse projeto seja aprovado o mais rápido possível. Tenham a certeza de que esse PLC terá não só o nosso voto, mas, também, o voto de toda a Bancada da Oposição que está disposta a apoiar. Assim que chegar o PLC a esta Casa, a gente dispensará as formalidades para votar o mais rápido possível.

Queria, também, expressar toda a minha solidariedade à população de Canudos, pois, no último final de semana, sofreu muito com a enchente ocorrida no município, fruto do Açude Cocorobó. Esse açude sangrou e levou uma grande quantidade de água para o município, inundando o projeto irrigado, inundando várias partes do município, um município importante do nosso estado, a nossa querida Canudos, a terra de Antônio Conselheiro. O transbordamento causou sérios transtornos ao município, trouxe prejuízo aos agricultores e trouxe prejuízo, também, para a infraestrutura do município.

Hoje, eu tive uma reunião com o prefeito, meu grande amigo e aliado de toda uma vida, o prefeito Jilson Cardoso, juntamente com o ex-prefeito Geo, colocando o nosso mandato à disposição para que a gente possa, com as autoridades estaduais e federais, fazer com que minimize todos os transtornos causados nesse importante município.

Então, fica aqui a minha solidariedade e, mais uma vez, o apoio do nosso mandato para Canudos superar um momento tão difícil como esse da enchente que inundou uma parte da cidade.

Queria falar, também, no dia de hoje, sobre a questão da Viabahia. Já passou da hora dessa empresa sair do nosso estado. É uma empresa que não cumpre o que está no contrato, que não realiza os investimentos. Aonde quer que você vá, a qualquer trecho da concessão, você vê a estrada em péssimas condições, sem a manutenção necessária, mas, mesmo assim, continuam cobrando o pedágio, mas, mesmo assim, continuam, além da cobrança de pedágio, exercendo um péssimo serviço para a sociedade. Eles não têm o mínimo de vontade ou de atenção para consertar ou fazer com que se ofereça um serviço de qualidade para a sociedade.

Então, fica aqui, mais uma vez, o meu repúdio à empresa Viabahia, o meu repúdio a essa concessionária que, realmente, não dá mais. Não tem explicação o porquê de essa concessionária continuar exercendo esse serviço. Não tem explicação para essa concessão continuar ativa em nosso estado.

A saída para Feira de Santana está em péssimas condições. Se você vai para Jequié ou passando por Vitória da Conquista, a estrada oferece, também, péssimas condições para a população que paga, e paga caro por esse serviço.

Para finalizar, meu presidente e amigo deputado Samuel Junior, você percorre todo o estado da Bahia. Eu te encontro diversas vezes. Você vai em seu carro, rodando de um lado para o outro.

Mas este é um estado de dimensões continentais, é um estado que tem o tamanho de um país, o nosso estado da Bahia. Hoje, este estado tem um péssimo serviço de malha aérea. As empresas aéreas do nosso estado não oferecem mais voos regionais.

A Voepass, agora, acabou com todos os voos regionais. Você não tem a possibilidade de viajar dentro do nosso estado através dos voos regionais. Deputado Marcelino Galo, você, muitas vezes, para ir de avião a Vitória da Conquista, tem de ir para Confins ou ir para Guarulhos, para, depois, chegar ao destino. Isso é um absurdo! Um voo de 45 minutos se transforma em um voo de 6 horas, deputado Samuel Junior.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Isso é uma vergonha! Afora tudo isso, há os preços. O preço que você viaja, muitas vezes, daqui para Vitória da Conquista, dá para você viajar para o exterior.

Então fica o meu repúdio contra as empresas aéreas. Fica o meu repúdio contra essa prática de não oferecer os voos regionais. Fica o meu repúdio contra os preços abusivos cobrados.

E quero pedir ao governo do estado e ao governo federal...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para que intervenham, porque, realmente, a Bahia não pode ficar do jeito que está, sem voos regionais. E quando tem voos regionais, você tem de ir para outro estado; e, quando tem, são preços abusivos.

Então, fica o meu repúdio a essa prática.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Pedro.

A sua colocação é muito pertinente em relação aos voos. Hoje, a gente já não tem mais voos, inclusive, para uma cidade como Porto Seguro. Está ali a deputada Cláudia, da nossa Bahia, mas ela reside lá. Me parece que só tem, agora, acho, dois ou três voos diretos, por semana. Livrando disso, você tem de, também, ir para São Paulo ou para Confins. Porto Seguro é uma cidade tão importante, pois ela se liga a outras cidades da região. Também, há o capital turístico em Porto Seguro.

Hoje, para você ir de Salvador para Barreiras, você tem de ir para Brasília. Depois, em Brasília, tem de pegar um voo para a cidade de Barreiras.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra agora, o deputado Alan Sanches.

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

Deputado Alan, não?

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

Deputado Roberto Carlos, meu pontoponta-esquerda.

Parlamentar não identificado: Esquenta mais aí.

O Sr. ROBERTO CARLOS: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, povo que prestigia esta Casa, antes de levar o meu projeto ao conhecimento de V. Ex.^{as}, queria dizer a todos que estão no Plenário e nas galerias que eu sou literalmente favorável ao projeto da Defensoria Pública (palmas), porque entendo que a Defensoria Pública é um instrumento fundamental para que as pessoas mais pobres tenham o seu direito de acesso à Justiça.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu gostaria de trazer a esta Casa um projeto de lei, de minha autoria, que está repercutindo muito na Bahia. É o projeto de lei que proíbe o uso de aparelho celular dentro das salas de aula, tanto das escolas públicas, como das escolas privadas.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, esse projeto tem o objetivo central de acabar com as distrações dos jovens dentro da sala de aula e possibilitar aos alunos que fiquem focados no assunto distribuído pelos professores. Recentemente, Sr. Presidente, nós vimos na imprensa um professor que tomou o celular do aluno, porque ele estava ouvindo músicas dentro da sala de aula, perturbando os colegas e o professor com a zoada daquela música.

Depois, esse aluno e seu pai foram à Justiça e processaram o professor. Veja que absurdo! Por isso que esse projeto, deputado Hilton, vai dar ao professor a lei estabelecida pela Assembleia Legislativa para que o professor possa ter a garantia de que nenhum instrumento que não tenha sido adotado por ele possa estar dentro da sala de aula.

Mas esse projeto também é flexível. O professor tem a autoridade para, quando achar que tem de fazer um trabalho pedagógico, autorizar o aluno a pegar o celular da mochila ou da bolsa, ligar o celular e fazer o trabalho pedagógico. Outra exceção é quando o aluno, por deficiência de saúde, necessita usar o aparelho celular.

Claro que isso está sendo matéria em toda a Bahia. Já recebi muita gente questionando a imprensa sobre como esse projeto vai funcionar e de que forma o governo do estado vai adotá-lo e fiscalizá-lo. Mas, o que eu posso dizer, meu querido amigo presidente, é que esse projeto tem um alcance social muito importante, não só social,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mas também educacional. Até porque a Organização Mundial da Saúde diz que usar o aparelho celular em excesso, na sala de aula ou não, é prejudicial à saúde.

Sr. Presidente, um relatório da Organização Mundial de Saúde detectou que o uso de celular...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) em sala de aula por um aluno aumenta o risco de depressão, afeta o comportamento dele com os colegas e causa ansiedade. Ao usar o aparelho na sala de aula, o aluno fica a toda hora na expectativa de receber uma mensagem ou ver

qualquer coisa na internet.

É por isso que nós já apresentamos esse projeto na Assembleia Legislativa, o qual está tramitando...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado.

O Sr. ROBERTO CARLOS: (...) na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Educação, e eu queria contar com a votação dos meus pares para que consigamos ter êxito total, e, quem sabe, ter a aprovação pela unanimidade.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Roberto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Alan Sanches. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deputados, deputadas e todos vocês que estão nos acompanhando por todos os canais da Assembleia, primeiro eu quero, mais uma vez, cobrar justamente o PL da Defensoria ao governo do estado. (Palmas)

Na verdade, a gente fez essa cobrança no ano passado. Fizemos isso e votamos toda a readequação que foi encaminhada: do Ministério Público, do TCM, do TCE, da Polícia Militar, mas retiraram o projeto da Defensoria, o qual ficou de se organizar. A gente já está no mês 4 do ano seguinte e até hoje o projeto não chegou.

Eu estava conversando com o deputado Hilton Coelho e nós, da Oposição, faremos o nosso papel. Posso dizer a vocês que a Oposição está de mãos dadas com esse projeto. Agora, eu acho que vocês precisam fazer a intensificação da conversa na Casa Civil para que a gente possa fazer pressão e votar. Se existe uma adequação a ser feita, vocês se sentam e ajustam de um lado, o governo de outro, de uma forma que dê para atender os dois lados, e a gente vai estar aqui para cobrar e votar junto com vocês. (Palmas)

Mas, vejam bem, senhoras e senhores, a Secretaria de Saúde tem emitido umas notas contra a minha pessoa, falando que eu sou desinformado por eu ter falado que o Hhospital ortopédico Manouel Victorino seria fechado e substituído pelo novo Hospital Ortopédico da Bahia. Eles disseram que não e, na mesma nota, já disseram que iriam mudar o perfil.

Então, o que eu queria falar é que ele estava sendo desativado para a Ortopedia, como o foi. O Hospital Manouel Victorino não regula mais pacientes de Ortopedia e esses pacientes estão sendo encaminhados para onde? Para lugar nenhum! Porque o que era para ir para o Hhospital Oortopédico...

Deputado Marcelino Galo, na semana passada, nós precisávamos regular uma criança de 12 anos – quando eu digo nós digo nós, me refiro-me à população e à saúde – com fratura de fêmur, que estava há 12 dias internada na Regulação. Então, se cria um índice de morbidade maior para as crianças, pois a gente sabe que quanto mais rápido se opera uma criança, melhor, porque a consolidação é muito mais rápida. V. Ex.^{as} pasmem, a resposta na tela da Regulação – eu tenho o print da tela – foi que não poderiam receber essa criança, porque não tinham ainda o contrato de OPME.

Vou traduzir para vocês: OPME é material de órtese e prótese, é parafuso, é placa, é fio, é haste, que é utilizado em 90% dos pacientes ortopédicos;, ou seja, quase a totalidade dos pacientes ortopédicos precisa de material de síntese, seja um fiozinho, um parafuso, uma placa, uma haste, ou até uma prótese.

O Hospital Ortopédico foi inaugurado com tantas pompas e sem um contrato de órtese e prótese, que é o básico. O hospital é maravilhoso? Eu não tenho dúvida de que seja. Mas foi aberto e inaugurado, fechando um outro sem substituir esse outro, o Hospital Manuel Victorino, deixando as pessoas durante quanto tempo? Por 2 ou 3 meses? Sabe o que se diz ainda lá?

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) “Não, nós ainda não estamos recebendo esses pacientes.”

Gente, a gente precisava fazer um planejamento melhor. Há quantos anos esse Hospital Ortopédico, do Cabula, está sendo produzido? Quanto tempo? Ele já estava pronto desde maio do ano passado, só que ainda precisava escolher a empresa que faria a gestão. Depois desse...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) tempo todo, até hoje não se tem um contrato de órtese e prótese escolhido, decidido? Isso é inconcebível.

Então, quando eu falo que não está funcionando, eu falo e provo. Eu estou com um documento do médico regulador de lá informando que não estava recebendo, porque ainda não tem material de órtese e prótese – simples para uma criança –, ...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES: Já concluindo, com sua tolerância, presidente.

(...) não tem isso para que se possa fazer.

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

Então, amigos e amigas, a gente não pode ficar fingindo que está abrindo um hospital e que este está funcionando, se quando você efetivamente precisa daquele hospital, com ele não se pode contar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Alan.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Convido o nosso amigo, professor e vice-presidente desta Casa, o deputado Zé Raimundo, para fazer uso da palavra.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Sr. Presidente que dirige esta sessão, deputado Samuel Junior, defensores e defensoras públicas presentes nas galerias (palmas), deputados e deputadas presentes, aqueles que nos assistem pela *TV Assembleia*, com relação à Defensoria Pública, eu tenho certeza de que o nosso governo vai se esforçar para a gente chegar a um ponto de consenso, porque se trata de uma categoria de relevância social.

Digo isso com toda convicção, porque testemunhei, em Vitória da Conquista,

a grande contribuição que os defensores e as defensoras deram aos nossos programas de governo num momento muito difícil. Hoje, nós conseguimos implantar na cidade uma boa estrutura, mas sabemos que, no conjunto do estado, é preciso mais investimentos, mais suporte e, principalmente, mais valorização dessa categoria. Os meus respeitos e as minhas considerações. (Palmas)

Com relação, Sr. Presidente, a um tema que está hoje em todas as redes sociais e em todos os veículos de comunicação do mundo, que é esse debate sobre a regulação das big techs, das grandes empresas de comunicação e, de modo especial, da liberdade que essas estruturas teriam com relação aos indivíduos.

Ora, é bom que se diga que esse cidadão, o Elon Musk, não é flor que se cheire. A história e a biografia dele mostram que se trata de um projeto de hegemonia, de um projeto gigantesco de domínio, não só financeiro, mas também dos bancos de dados das informações do mundo inteiro, para virar comércio.

Curioso é que alegam a liberdade de opinião da imprensa para com os outros países, mas, nos Estados Unidos, há um movimento para proibir o TikTok, que é uma empresa chinesa, alegando exatamente que haveria um aplicativo secreto, que os dados dos cidadãos americanos e das cidadãs americanas seriam levados para a China e que os chineses iriam fazer programações invisíveis.

No entanto, quando os países da periferia querem regular as grandes empresas americanas de comunicação, sobretudo das redes sociais e dos aplicativos, os americanos ficam esperando.

Então, por isso, se trata de um debate que vai exigir de todos nós a consciência dos veículos e das formas da democracia nesses tempos atuais. Sem dúvida, o nosso ministro Alexandre de Moraes tem razão, sim, para garantir a soberania nacional, porque, no fundo, no fundo, nós sabemos também que há uma disputa do Elon Musk com a BYD. A BYD está fabricando carros elétricos no Brasil e na Bahia, sendo a principal concorrente deste cidadão de origem sul-africana, ao mesmo tempo de cidadania canadense, inglesa e americana. Então, na verdade, ele é um cidadão do capitalismo mundial, é um grande aventureiro do mercado e quer, naturalmente, aproveitar desse ideário da liberdade individual e da liberdade de opinião para tirar proveito no caso do Brasil.

Todos os estudos estão demonstrando que se trata de um cidadão perigosíssimo. Por isso, parabéns ao nosso ministro Xandão, Alexandre de Moraes, por essa decisão, para assegurar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a soberania nacional. Nós não podemos abdicar da soberania nacional e deixar que uma multinacional, uma big tech, queira disciplinar a nossa Constituição.

São essas as minhas palavras, nobre deputado, e, por isso, não cabe, em hipótese alguma, pensarmos em conceder a Medalha Dois de Julho a esse cidadão, mesmo porque ele não fez nada para a Bahia. Ao contrário,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) ele está querendo concorrer com a BYD, que está na Bahia.

Com todo respeito e carinho que eu tenho por V. Ex.^a, se prosperarem essa ideia e essa proposição, votarei contra a concessão da Medalha Dois de Julho a este cidadão do capital, a esse aventureiro, dono de minas, dono de riqueza. O cara mais bilionário do mundo de repente está incomodado com o Brasil, com Bahia e com V. Ex.^a.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O senhor é uma figura, meu caro amigo Zé Raimundo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Eu gostaria de convidar o professor Zé Raimundo para que assuma a presidência e eu possa também fazer uso da fala. Mas pode ficar tranquilo que eu não vou fazer o contraponto pelo respeito ao senhor.

(O deputado Zé Raimundo Fontes assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Samuel Junior pelo tempo de até 5 minutos, com direito à prorrogação.

O Sr. SAMUEL JUNIOR: Sr. Presidente, demais colegas deputados e deputadas, quero saudar, mais uma vez, os defensores públicos. Deus abençoe todos vocês. Não preciso ser repetitivo, pois já me coloquei à inteira disposição de todos vocês.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Eu sempre começo meus discursos, presidente, e lembrei, enquanto V. Ex.^a falava, do que eu preciso falar hoje, o que vou intitular de um caso de família.

Porque não lembrar daquela programação que passava na *Rede Globo*, a qual dizia: “*Pirraça pai, pirraça mãe, pirraça filho, eu também sou da família, eu também quero pirraçar*”. E me lembrei da passagem bíblica dos meninos que nasceram, Caim e Abel, meu caro deputado Diego. A Bíblia diz que um se ofendeu com a oferta do outro e, por isso, um matou outro. Meu caro professor Zé Raimundo que é um estudioso da Bíblia, a Bíblia diz que um era agricultor e o outro tomava conta de ovelhas; um entregou uma oferta daquilo que produzia; e o outro entregou a oferta daquilo que ele tomava conta. Aí, ele se ofendeu com a oferta e, por isso, matou seu irmão.

Mas por que também não lembrar de uma outra anedota que, às vezes, se conta muito, meu caro deputado Luciano, quando se fala em traição? E aí, meu caro deputado Galo, diz a estória que estavam o sapo e o escorpião na beira do rio, o sapo iria atravessar, mas o escorpião pediu carona. O escorpião pediu carona ao sapo, mas o sapo disse: “Não, eu não vou lhe dar carona porque você tem, na sua personalidade, a traição”. “Mas, meu caro sapo, eu vou precisar de sua ajuda para chegar ao outro lado”.

Conta-se que o sapo foi convencido pelo escorpião de que nenhum mal este lhe faria. Ele deu a carona, mas, no meio do rio, o escorpião colocou em prática a sua personalidade e feriu o sapo. O sapo, desfalecendo, disse: “Escorpião, a gente ainda não terminou a nossa jornada, ainda falta algum pedaço do rio para nós chegarmos,

eu vou morrer, mas você também vai morrer porque você não sabe nadar”. Aí, o escorpião disse: “Independentemente de eu ainda não conseguir chegar ao outro lado, a minha personalidade fala mais forte.”

Por que falar sobre isso, meu caro professor Zé Raimundo? Hoje nós estamos vendo dois ministros, o ministro das finanças, Haddad, e o ministro Rui Costa brigando por espaço. E veio agora o ministro Rui Costa dizendo que o culpado pelo vazamento da delação foi o ministro Haddad. Mas, ora, a gente sabe muito bem o que aconteceu aqui quando o ministro Rui era governador, quando gastamos quase R\$ 50 milhões para a compra de respiradores que nunca chegaram.

Será que nós estamos falando de um sapo e de um escorpião, meu caro Diego, e eles estão colocando em prática aquilo que eles são?

Se nós voltarmos a 2001, vamos lembrar de Toninho do PT, que foi morto e, até hoje, ninguém sabe explicar quem o matou. Em 2002, a gente lembra também de Celso, que era uma grande liderança do Partido dos Trabalhadores lá em São Paulo e também morreu, e até hoje a gente não sabe quem o matou. Na eleição passada, disseram que foi um militante do PT, mas, como eu não tenho como provar, fica a pergunta. Perguntou-se tanto quem mandou matar Marielle, mas por que, até hoje, a gente também não tem a resposta para as mortes dessas figuras?

Por último, agora, o companheiro Geraldo, “companheiro”, como eles chamam as pessoas. O companheiro Geraldo, meu caro deputado Alan, que tinha sua pré-candidatura lá na cidade de Itabuna, também recebeu essa mesma “gafinhada” do escorpião chamado PT.

Mas, meu caro amigo Zé Raimundo, até onde vai a personalidade dessa turma? Até onde vão as intenções quando a pessoa já não serve mais para eles? O pobre Geraldo agora está com sua pré-candidatura arruinada, mas isso é bom porque o nosso companheiro Pancadinha, como a gente o chama carinhosamente, continua lá lutando e defendendo a sua pré-candidatura.

Eu tenho a dizer que, quando a personalidade dessa turma não servir mais, pode ter certeza de que a prática do escorpião estará no seu DNA.

Que Deus tenha misericórdia da nossa Bahia e do nosso Brasil.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Samuel Junior.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Dr. Diego, por favor, com a palavra pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos os presentes aqui na Casa no dia de hoje, a imprensa fazendo seu trabalho, a TV ALBA, que transmite esta sessão, e todos os baianos que nos acompanham.

Presidente, quero mais uma vez reforçar o meu total e irrestrito apoio ao PLC da Defensoria Pública.

(As galerias se manifestam com palmas.)

E novamente reforçar que o simples fato de eles estarem aqui mostra o grande compromisso, para não dizer o contrário, que esse governo tem com os mais vulneráveis. No estado com o maior número de miseráveis do Brasil, algo que reestrutura uma atividade que, como diz a própria Constituição, é essencial para a administração da Justiça está aí dependente da vontade do governador.

Porque eles sabem, todos nós sabemos aqui, que, se o governador quiser, o projeto será aprovado, só depende dele e da Bancada da Situação. Claro, não generalizando, porque teve pessoas aqui que subiram, mesmo sendo do Governo, e demonstraram esse apoio, como o deputado Euclides, que me antecedeu.

Isso é o retrato da hipocrisia do PT, que fala tanto em defender os mais vulneráveis, e está aí protelando o projeto de um órgão, projeto que reestrutura uma função que visa, inclusive, um papel primordial: atender os mais necessitados. Fica aqui o meu registro.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Seguindo, presidente, o Brasil está virando chacota mundial, o Brasil está virando ambiente hostil para a liberdade. E o que eu quero falar sobre isso? Sobre o caso da Starlink, envolvendo Elon Musk e o Estado brasileiro, mas, sendo mais direto, o governo e o Judiciário.

Após críticas feitas pelo Elon Musk, como todos nós assistimos, o Brasil agora teve a audácia de incluí-lo no inquérito das fake news. Que vergonha, não é? E outra, o governo brasileiro, o Poder Executivo, ameaça cortar os contratos com a Starlink, que, inclusive, cumpre função social levando internet para locais vulneráveis.

O que o PT não faz para ficar ao lado do totalitarismo? O que o PT não é capaz de fazer, vejam só, para ficar ao lado da regulamentação, que é o nome fantasia que eles dão para a censura?

Só para vocês se situarem, se o Brasil censurar o X, o antigo Twitter, olha a lista de nações, no mundo todo, que não permitem a liberdade dessa plataforma e aos quais o nosso país vai se igualar. Vamos lá para a lista?

China, o país que não tem compromisso nenhum com a liberdade; Myanmar, que tem um regime totalitário; Irã, que vive em uma ditadura confessional; Coreia do Norte, que eu não preciso nem dizer mais nada, porque lá, pelo simples fato de você portar uma Bíblia, você é condenado ao paredão, um país que não tem acesso à internet, que é uma ditadura comunista, como Lula e o PT querem implantar no Brasil. Isso está no ideário do PT, não é nenhuma fake news, podem pesquisar. Tem ainda a Rússia, que também não tem compromisso nenhum com a liberdade; Turcomenistão, que é outra ditadura confessional.

São esses países, essas linhas de governo aos quais o governo brasileiro, tomando essa iniciativa, essa atitude, quer se associar. Não é à toa que não só querem regular as redes sociais, como eu falei, porque eles não têm compromisso nenhum com a liberdade, como também advogam pela regulação da imprensa.

Vocês daí da imprensa, o que eles querem para vocês é, como existe nesses

países que eu citei, uma TV única, estatal, controlada pelo governo. Não é à toa que eles estão tão preocupados com o que vocês dizem, não é à toa que eles advogam, como eu disse aqui, tanto para o marco regulatório, e por aí vai...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Para concluir, presidente.

(...) Qualquer pessoa que, em sã consciência, diga que é defensora da liberdade repudiará esse ato, essa intenção do governo brasileiro e do Judiciário brasileiro, que é uma vergonha para o Brasil, para os brasileiros e para o mundo.

O Brasil não merece isso...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: (...) E o governo do PT, se continuar do jeito que está, se o Senado não se impor...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conclua.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: (...) tanto com a sua tarefa judicante do Poder Judiciário quanto fiscalizadora do Executivo, vai ser o grande vilão com a ditadura que está para se instalar no nosso país.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Luciano Araújo pelo tempo de até 5 minutos do Pequeno Expediente.

O Sr. LUCIANO ARAÚJO: Sr. Presidente, meus caros colegas deputados e deputadas, Srs. Defensores Públicos, quero saudar todos vocês aqui e dizer que podem contar com nosso apoio neste projeto de vocês.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Quero aqui hoje, Sr. Presidente, parabenizar o secretário da Segurança Pública, Marcelo Werner, o nosso comandante-geral da Polícia Militar, coronel Coutinho, e o nosso coronel do 16º Batalhão de Polícia Militar, da Região do Sisal, pois, no mês de março, Sr. Presidente, houve uma redução de 77% na criminalidade daquela região. É um número bastante significativo, e todos nós da Região do Sisal ficamos satisfeitos com os resultados apresentados pela Secretaria da Segurança Pública.

Mas, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, eu queria pedir encarecidamente ao nosso secretário da Segurança Pública... As cidades de Santaluz, Retirolândia, Valente, São Domingos, Conceição do Coité, a partir das sextas-feiras, ficam sem delegado, portanto, fica apenas um delegado em Riachão do Jacuípe respondendo por todas essas cidades. Se uma pessoa é presa na cidade de Valente ou de Conceição do Coité, por exemplo, tem que ser removida para Riachão do Jacuípe.

Portanto, eu gostaria de solicitar encarecidamente ao secretário da Segurança Pública, nosso amigo Marcelo Werner, que ele reveja essa situação e reduza ainda mais os índices de violência que vêm baixando gradativamente na Região do Sisal.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Luciano Araújo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Dando continuidade ao Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO: Sr. Presidente, deputado Zé Raimundo, que ora ocupa a Presidência desta Casa, nobres deputados, meus queridos servidores, o meu respeito aos defensores públicos que aqui estão exercendo o seu direito cidadão, no sentido de garantir a valorização de uma instituição tão importante.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Vocês viram que a gente fica meio assustado. Qual a necessidade de termos uma Defensoria eficiente, que funciona? É porque nós somos um país extremamente pobre e miserável, onde as pessoas não têm acesso à Justiça.

Agora, veja a contradição, um parlamentar vem para aqui, uma Casa como esta, se ocupar com a discussão sobre o pronunciamento de um bilionário, um riquinho do mundo que vive da exploração e da miséria. A atuação desse bilionário destrói vidas no mundo todo, e aqui vem se fazer homenagem.

Nós não podemos perder tempo. Nós temos que entender a história deste país e o projeto de construção de nação sempre interrompido. Assim foi em 1964, o principal, que aniquilou o maior projeto, aqueles celeiros de políticos dos segmentos da classe trabalhadora, da melhor qualidade, que se pronunciaram, se organizaram para construir a nação, e foram destruídos, destruídos pela força do capital, pela ditadura empresarial militar, pelos donos do capital.

Essa história vem se repetindo, a nossa incapacidade de construir uma nação democrática de verdade. Como é que nós vamos construir uma nação democrática e de verdade com essa extrema-direita perigosa, que fala como se fosse infantilizada, mas que é perigosa, homenageando aqueles que trazem a miséria e a exploração para este país?

Então nós temos que fazer claramente a construção da memória deste país. O povo que não tem memória não vai ter liberdade, não vai ter a capacidade de construir o seu futuro e a sua democracia. Para isso, é preciso compreender essa história.

Nós estamos à disposição dos companheiros e das companheiras da Defensoria, sempre estivemos. Nós sabemos que temos que mediar com o nosso governador Jerônimo, boa parte dessa decisão cabe a ele. Nós, eu e o professor Zé Raimundo, que sabemos da importância dessa instituição, estamos nos dispondo, agora não podemos nos levar pelo discurso da extrema-direita, que não quer construir nada.

Esse discurso de liberdade é falso. Eles estiveram no governo do Brasil e estão no governo, agora, da Argentina, destruindo aquele país. Estiveram aqui, e nós sabemos qual foi o papel da extrema-direita neste país, assassinando, exterminando. O Brasil tem 2,7% da população mundial, que foi justamente exterminada, foi um

genocídio na...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) pandemia. Mais de 10% da população do mundo que morreu estava neste país governado por esses que hoje falam em liberdade. Que liberdade nós tivemos com o governo de extrema-direita neste país? Espionagem? Roubo de joias? Nós não queremos isso nunca mais!

Então, estamos juntos, agora vamos trabalhar juntos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com o nosso governador, e tenho certeza de que vamos conseguir, no sentido de dar o valor, a dimensão exata que a Defensoria precisa.

O meu abraço a vocês. Muito obrigado por estarem aqui.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Marcelino Galo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Vitor Bonfim (fora do microfone): Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Vitor Bonfim.

O Sr. Vitor Bonfim: Gostaria de solicitar a verificação do quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, nobre deputado.

Constatando que não há número suficiente de deputados e deputadas no Plenário, dou por encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Binho Galinha, Cafú Barreto, José de Arimatéia, Júnior Nascimento, Manuel Rocha, Matheus Ferreira, Niltinho, Olívia Santana, Pancadinha e Tiago Correia. (10)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.